

De quem é a culpa?

Gilberto de Mello Kujawski

Em meio ao caos econômico e financeiro que nos devora, é interessante observar a variedade de reações dos participantes. Os ministros da área econômica, conhecidos pelo seu requinte gastronômico, não traem o menor sintoma de contrariedade, provando que a manducação de rãs nos melhores bistrôs de Paris serviu-lhes de excelente introdução para a arte de engolir sapos. Os políticos, pelo contrário, não escondem sua preocupação, temendo, entre outras coisas, pelo futuro da abertura. Os membros da alta cúpula dirigente praticam a política do avestruz, criticando a "psicose da crise", como o ex-presidente Geisel, ou, simplesmente, negando a existência da crise, como o distante general Otávio Medeiros. A imprensa dá sinais alarmantes de ansiedade. A grande maioria silenciosa levanta os ombros e baixa a cabeça. As esquerdas e as direitas, incapazes de virar o disco, vociferam sempre os mesmos esfarapados slogans: a culpa é do imperialismo multinacional, ou do choque petrolífero, ou da elevação dos juros externos. Pois as esquerdas e as direitas são as que mais se enganam, insistindo em explicar nosso descabimento por fatores de ordem externa.

O poeta Dalmo Florence, precocemente falecido, descendente do fabuloso Hércules Florence, no poema impressionante em que lembra a palidez de Cristo na cruz, termina asseverando: "Sua causa mortis está dentro de nós". Este é o ponto. A causa profunda e decisiva da bancarrota que nos ameaça não reside além de nossas fronteiras geográficas, mas palpita dentro de nós. Só o cego radicalismo das esquerdas e a vergonhosa desonestidade intelectual das direitas não querem enxergar o óbvio. É preciso que tenhamos a coragem de reconhecer nossa própria culpa; que não nos envergonhemos de bater no peito e repetir *mea culpa, mea maxima culpa*. E não se entenda por "nós" apenas o governo; nós somos o governo e o povo que lhe concede aval; pelo menos a alta burguesia e a classe média que correram a bater às portas dos quartéis em março de 1964.

Em linhas gerais, passou-se o seguinte: rompida a legitimidade democrática pelo movimento de 1964, e ocupado o poder pelas Forças Armadas, urgia descobrir um fundamento suficiente, um título qualquer que justificasse o exercício do mando pelos senhores da guerra. Não demorou muito, e a dialética jesuítica do então ministro Roberto Campos atinou com a solução sob medida: a legitimação pela eficácia. A legitimação democrática, baseada na consulta popular pelo voto, foi desbancada pela pretensa eficiência administrativa do Sistema na ordem prática. Em nome da eficácia tecnocrática, tudo era permitido, inclusive o esmagamento do direito público e privado vigentes. A ordem era fazer. Perseguir, punir, reprimir, mas fazer sem parar, aumentar a

produção, dilatar o âmbito dos projetos governamentais, impor o respeito pelo crescimento desmedido até nos ombrearmos com as grandes potências. Desta disposição hiperbólica de fazer nasceu o projeto do Brasil-potência. Ora, o país que pretende atingir o status de potência antes de amadurecer como nação só pode transformar-se em potência de cartolina e papel pintado. Em consequência de projeto tão ambicioso de crescimento em ordem unida, em nome do Brasil Grande, descurou-se do Brasil real, o país do dia-a-dia, com suas insuficiências endêmicas, fome, doença, ignorância, falta de representação política adequada, emperramento burocrático, deficiência de transportes, deterioração urbana, etc., tudo reclamando solução urgente antes que o País, em plena explosão populacional, explodisse de vez. Nenhum desses problemas urgentes e estruturais seria resolvido pela conformação do Brasil em grande potência. Em vez de investir-se maciçamente numa política concreta e realista de homens e coisas, bilhões foram dissipados para alimentar esse mito ofensivo-defensivo da grande potência. As verbas oficiais foram desviadas para miríficos e custosíssimos projetos, dos quais o das usinas atômicas que, tal como se apresenta, constitui o padrão da falta de critério e desrespeito pelas prioridades. Desse investimento suntuário e irrealista, indispensável à promoção do País em grande potência, resultaram, diretamente, e sem auxílio externo, o disparo da inflação, o desequilíbrio da balança de pagamentos, o naufrágio na dívida externa e o atolamento na dívida interna. Quem for capaz, que prove o contrário.

Não se fale, portanto, em causas externas, como faz o tartufismo da direita ou a miopia da esquerda. Não invoquemos o imperialismo das grandes potências capitalistas nem os choques petrolíferos. O fator primordial de nosso fracasso reside em nós mesmos. Não se trata de nenhuma peculiaridade brasileira, mas do estágio colonial que ainda não superamos socialmente. Nossa tradicional falta de auto-sustentação política e econômica é própria daqueles povos que proclamaram romanticamente sua independência, sem condições sociais e históricas para estruturarem sua soberania de fato. É a inversão da perspectiva usual. Segundo esta, não superamos o estágio colonial porque somos explorados. A verdade nos parece o inverso: somos explorados externamente porque ainda não nos estruturamos socialmente como nação soberana. A soberania interna é o pressuposto necessário da soberania externa. E o princípio da soberania interna não é o governo forte e centralizado; muito pelo contrário, o que nos falta tem sido a experiência do autogoverno local, fonte da opinião pública realmente atuante e articulada, por sua vez, o substrato social de todo poder público que se respeita.